



35189521



08120.006353/2025-25



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

UNIDADE REQUISITANTE	ATIC-PV
SIGLA DA UNIDADE	ATIC-PV/DIPF-PV/PFPV/DISPF/SENAPPEN
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA	CARLOS AUGUSTO BARROS LOPES
MATRÍCULA/SIAPE	2356390
E-MAIL	carlos.alopes@mj.gov.br
TELEFONE	(69) - 8676

1. PREVISÃO DA DEMANDA NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA (indicar o ID a que se refere a contratação no disponível no link: https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratosv1/se/pca/pac_se)

Previsão no Plano Geral de Contratações 2025

Relatório PGC DISPF - DFD 13/2024

2. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA (OBJETO)

2.1 A presente demanda visa a aquisição de Aquisição de Câmera Leitora de Placas Veiculares (LPR) e Mesas Controladoras de Sistema de CFTV, promovendo a melhor utilização dos ativos eletrônicos de segurança da unidade.

2.2 A implementação dessa solução visa atender a necessidade de melhorar o monitoramento da unidade otimizando os recursos eletrônicos disponíveis e proporcionando um aumento substancial na segurança da PFPV. A tecnologia aplicada irá melhorar a qualidade do serviço de monitoramento aumentando o controle operacional da unidade.

2.3 Segue descrição detalhada do objeto:

ITEM	CONTROLADORA DE SISTEMA DE CFTV - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
1	<u>TECLADO CONTROLADOR IP PTZ:</u> • Teclado USB multifuncional para controle de câmeras PTZ. • Controle 3D PTZ (Pan, Tilt, Zoom) por joystick flexível. • Até 15 botões programáveis para funções personalizadas (teclas de atalhos). • Display digital para mostrar informações de entrada. • Indicadores LED para status de operação. • Compatível com softwares cliente e plataformas de monitoramento. • Suporte ao protocolo USB HID • Interface USB: USB 2.0 (DirectX). • Interface de controle: Joystick com 3 eixos e zoom rotativo. • Comunicação e alimentação realizadas diretamente via porta USB • Software iVMS-4200 • Integração com NVRs, DVRs e softwares de monitoramento da Hikvision • Plataformas de monitoramento compatíveis com protocolos de controle PTZ utilizados em sistemas de CFTV. • Ajuste de velocidade de movimentação proporcional ao deslocamento do joystick. • Chamada e gravação de presets de câmeras. • Execução de rotinas de patrulhamento. • Controle de foco e zoom manual. *Modelo de referência: Hikvision DS-1005KI ou similar Hikvision (visando integração e compatibilidade com PTZs instaladas na unidade penal federal, solicita-se da marca Hikvision).	UNIDADE	2
ITEM	CÂMERA LPR - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
	<u>CÂMERA BULLET VARIFOCAL:</u> • Câmera IP tipo Bullet para videomonitoramento externo. • Resolução de 4 megapixels para captura de imagens em alta definição.		

- Tecnologia **ANPR (Automatic Number Plate Recognition)** para leitura automática de placas de veículos e motocicletas.
- Reconhecimento de placas de automóveis - padrões Brasil e MERCOSUL - (nível de assertividade acima de 95%).
- Reconhecimento de atributos do veículo (cor, tipo, modelo).
- Reconhecimento à distância entre 3 a 10m.
- Tecnologia **Deep Learning / DeepinView** para análise inteligente de tráfego.
- Adequada para controle de acesso, estacionamentos, rodovias e segurança urbana
- Sensor: **CMOS de varredura progressiva (1/1.8" ou 1/2.5")**
- Resolução máxima: **2688 × 1520 (4 MP)**
- Iluminação mínima:
 - Colorido: até **0.0005 Lux**
 - Preto e branco: **0.0001 Lux**
 - **0 Lux com IR ativo**
- Tempo de obturador: **1 s a 1/100.000 s**
- WDR: **até 140 dB** para compensação de iluminação.
- Lente tipo: **Varifocal motorizada**
- Distância focal:
 - 8 a 32 mm
- Campo de visão horizontal: **114.5° a 15.1°**
- Foco: **automático, manual ou semi-automático**
- Tipo de íris: **P-Iris**.
- Iluminador infravermelho integrado.
- Alcance do IR:
 - até **50 m (2.8–12 mm)**
 - até **100 m (8–32 mm)**
- Comprimento de onda IR: **850 nm**
- Luz suplementar inteligente para melhor captura de placas
- Taxa de quadros:
 - até **30 fps em 4 MP**
- Compressão de vídeo:
 - **H.265+ / H.265 / H.264+ / H.264**
- Fluxos de vídeo:
 - até **5 streams simultâneos**
- Bitrate: **32 Kbps a 8 Mbps**.
- Inteligência Artificial

UNIDADE

- Reconhecimento automático de placas (ANPR/LPR).
- Captura de veículos em movimento.
- Capacidade de captura de placas acima de 80 km/h (instalação lateral) e 120 km/h (instalação frontal);
- Identificação de:
 - placa do veículo
 - cor do veículo
 - tipo de veículo
- Lista branca e lista negra de placas.
- Estatísticas e registros de tráfego.
- Interface: **1 porta Ethernet RJ-45 10/100/1000 Mbps**
- Protocolos suportados:
 - TCP/IP
 - HTTP / HTTPS
 - FTP / SFTP
 - RTSP / RTP / RTCP
 - DHCP / DNS / NTP
 - SNMP / SMTP
 - IPv4 / IPv6
- Compatibilidade com:
 - **ONVIF (Profiles S, G, T e M)**
 - API ISAPI
 - SDK de integração.
- A marca deve ser integrante do Fórum ONVIF (<https://www.onvif.org/about/member-list/>)
- 1 porta **RJ-45 Ethernet** (10/100/1000 Base-T);
- 1 porta **RS-485** (suporte a protocolos Pelco-P e Pelco-D)
- Entrada e saída de áudio
- Saída de vídeo CVBS
- Formato de compressão de vídeo: H.265+/H.265/H.264+/H.264;
- Slot para **cartão microSD até 1 TB**
- Alimentação: **12 VDC ±20% / PoE (IEEE 802.3at)**.
- Corpo em **liga de alumínio**.
- Grau de proteção **IP67 (à prova d'água e poeira)**.
- Proteção antivandalismo **IK10**.
- Temperatura de operação: **-40 °C a 60 °C**.
- Garantia mínima de 12 Meses;

Modelo de referência: iDS-2CD7A46G0/P-IZHS(8-32mm) (C) ou similar Hikvision (visando integração e compatibilidade com NVRs instalados na unidade penal federal, solicita-se da marca Hikvision).

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, SE FOR O CASO.

O presente processo tem como escopo a aquisição de TECLADO CONTROLADOR IP e CÂMERA LPR para o Circuito Fechado de Televisão (CFTV) visando atender à Penitenciária Federal em Porto Velho/RO (PFPV).

Considerando que a Secretaria Nacional de Políticas Penais é responsável pelo Sistema Penitenciário Federal, cujos principais objetivos são isolamento das lideranças do crime organizado, cumprimento rigoroso da Lei de Execução Penal e custódia de presos condenados e provisórios sujeitos ao regime disciplinar diferenciado, conclui-se que um sistema de monitoramento por câmeras é extremamente crítico para a segurança das unidades penais.

Considerando que o registro das imagens do Circuito Fechado de Televisão (CFTV) é ponto crucial da execução penal, sendo necessário muitas vezes a disponibilização de tais imagens para salvaguarda dos apenados, dos servidores do Sistema Penitenciário Federal e para atendimento a eventuais requisições judiciais.

Considerando que a unidade penal federal se encontra as margens de rodovias que possuem um grande fluxo de veículos e pessoas, como a rodovia BR 364 que comporta o fluxo de chegada e saída de visitantes, advogados, e outras pessoas ou veículos que por vezes ficam estacionados na entrada ou na frente da unidade penitenciária federal.

Considerando a necessidade de registros das placas de veículos que circulam na rodovia ou na pista de acesso à Penitenciária Federal em Porto Velho.

Para otimizar a utilização de câmeras do tipo PTZ utiliza-se o equipamento chamado teclado controlador IP. Esse equipamento permite o controle de câmeras PTZs por meio de Joystick e de teclado ao invés de mouse, acrescentando significativamente agilidade e precisão na movimentação das câmeras, além de permitir o controle de múltiplas câmeras em um mesmo aparelho.

Câmeras PTZs são câmeras com possibilidades diversas de movimentação remota no sentido vertical e horizontal, zoom, aproximação focal. As câmeras PTZs são os meios mais adequados para monitoramento de áreas com essa dinâmica, possibilitando monitoramento e acompanhamento específico de alvos ou pessoas em atitudes suspeitas, pois permitem que o operador movimente a câmera conforme a movimentação das pessoas ou veículos que estão sendo monitorados.

Portanto, buscando otimizar a utilização das câmeras PTZs, bem como, o registro das placas dos veículos que circulam na pista de acesso à Unidade Penitenciária Federal, solicita-se a aquisição dos teclados controladores IP, e de duas câmeras LPR, visando melhor o monitoramento da unidade otimizando os recursos eletrônicos disponíveis e proporcionando um aumento substancial na segurança da PFPV.

4. QUANTIDADE A SER CONTRATADA.

4.1 Câmera LPR (Leitora de Placas Veiculares) - 2 (duas) unidades;

4.2 Teclado Controlador IP PTZ (Mesa Controladora de Sistema de CFTV) - 4 (quatro) unidades.

5. PREVISÃO DA DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS OU DA ENTREGA DOS BENS.

Imediata

6. INDICAÇÃO DO MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO E SE NECESSÁRIO O RESPONSÁVEL FISCALIZAÇÃO.

6.1 Nome: CARLOS AUGUSTO BARROS LOPES / Siape: 2356390

6.2 Nome: PATRICK GONÇALVES CUNHA / Siape: 3421570

6.3 Nome: MADSON RONEI ALVES TEIXEIRA/ Siape: 2358492

7. OBSERVAÇÃO

7.1. O responsável pela indicação deverá cientificar o(s) servidor(es) indicado(s) no item 6, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), a ser acostada aos autos, contendo confirmação de que o(s) mesmo(s) participará(ão) da Equipe de Planejamento. Caso o indicado esteja em período de férias ou de afastamento legal, no momento da indicação (DFD) ou durante a etapa seguinte de assinatura do Documento de Designação da Equipe de Planejamento, deverá comprometer-se a assiná-lo no seu retorno.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Augusto Barros Lopes, Responsável pela Área de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 17/04/2026, às 11:17, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Madson Ronei Alves Teixeira, Policial Penal Federal**, em 17/04/2026, às 11:17, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **35189521** e o código CRC **111D682D**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.